Trabalho e parentalidade: interferências do mundo da produção no ambiente facilitador[1]

Work and parenthood: interferences from the world of production in the good enough environment

Beatriz Gang Mizrahi[2]

Resumo: A partir de inquietações surgidas em grupos de reflexão realizados em algumas creches e escolas privadas do Rio de Janeiro, procuro compreender a influência da atual crise do trabalho na relação entre os pais e seus filhos pequenos. Recorro à investigação bibliográfica sobre a história das relações família/trabalho no capitalismo, incluindo certos impasses que decorrem de suas recentes transformações. Um contraponto é pensado à luz do conceito de experiência transicional desenvolvido por Winnicott, que permite uma crítica à dissociação operada desde a modernidade entre o cuidado aos filhos e o campo cultural mais amplo.
Palavras-chave: parentalidade, trabalho, crianças, transformações.

Abstract: *Following some issues raised in reflection groups carried out in private nurseries and schools in Rio de Janeiro, I've tried to understand the influence of the current crisis of labor on the relationship between parents and their little children. I have recurred to a bibliographical research about the relationship between family and work in capitalism, including its recent changes and the problems that result from it. A counterpoint to that is thought in the light of the concept of transitional experience developed by Winnicott, that allows a critic to the modern view of parenthood as something disconnected from the wider cultural field.*
Keywords: *parenthood, work, children, transformations.*

1. Artigo baseado em dissertação de mestrado de mesmo título defendida pela autora na PUC-RJ em janeiro de 2003.
2. Psicanalista. Mestre e Doutoranda em Psicologia Clínica pela PUC-RJ. Membro do Fórum do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro.

1. Introdução

Em nosso cotidiano podemos notar que a infância vem mudando. Por vezes mais habilidosas que nós ao lidar com as novas tecnologias, extremamente inteligentes, absorvendo rapidamente muitas informações, observamos as crianças também desde cedo inseridas num contexto onde seus pais encontram-se menos presentes: creches, escolas integrais, atividades esportivas e recreativas, vários entretenimentos e jogos eletrônicos. À primeira vista esse novo quadro pode sugerir uma vida de maior liberdade: onde as crianças estariam afinal menos submetidas à autoridade paterna, mais em contato com seus pares, expandindo desde cedo seu campo de relações. Adultos que por sua vez viveriam com mais leveza as suas obrigações com os filhos amparados por esses novos serviços.

Entretanto, se algumas pessoas, nesse contexto, podem de fato ter experiências libertadoras, minha inserção em creches e pré-escolas onde realizei grupos de reflexão com as famílias, sugeriu algumas situações mais difíceis envolvendo o dia a dia das crianças e de seus pais. Por um lado foi possível ouvir na fala dos adultos a sua enorme sobrecarga na esfera do trabalho. Preocupados em assegurar a sobrevivência em tempos difíceis, com muitas tarefas a desempenhar que continuam no próprio espaço doméstico, experimentam, muitas vezes, um contato pouco tranqüilo com seus filhos. Por outro lado na medida em que tanto precisam deixá-los enquanto trabalham, parecem muitas vezes acreditar incondicionalmente na necessidade de estimulação especializada desde a mais tenra idade para o bom desenvolvimento infantil. As crianças mostram-se também sobrecarregadas uma vez que são expostas a muitas atividades pedagógicas, oferecidas por pais e educadores, numa tentativa freqüentemente declarada de garantir o seu bom desempenho escolar e mais tarde a sua inserção no mercado de trabalho.

Aos poucos pude suspeitar que o contexto onde se insere essa criança pequena super-exigida, da qual se espera maior autonomia e excelência, não pode ser entendido independentemente das tantas pressões que seus pais hoje vivem na esfera produtiva. Para Jardim (1997), desde a idade moderna, o trabalho, tendo sido destacado das antigas tradições que antes fixavam os papéis sociais, passa a ser organizado de modo a priorizar o valor comercial dos objetos, ao mesmo tempo em que torna-se a medida hegemônica de valor, fazendo com que dele dependa quase todo reconhecimento em nossa cultura. Nesse sentido, embora o trabalho possa estar sendo ameaçado pela crise que hoje nos assola, ele conti-

nua sendo um critério central de valor, não tendo sido encontrado, até agora, outro candidato capaz de substituí-lo. Como então desconsiderar a importância das atuais configurações produtivas nas atitudes e nos ideais que os adultos hoje apresentam às crianças?

Recortando a família de classe média urbana como alvo de minha investigação, meu objetivo foi o de compreender a forma pela qual as transformações na esfera do trabalho vêm influenciando a relação pais e filhos na atualidade.

A partir do pressuposto de que nenhum conhecimento universal deve desprezar a singularidade das experiências mas apenas servir de ferramenta para lidarmos com as condições específicas de vida em nosso tempo, procurei entender as idéias de trabalho, família e cuidado à criança não como essências absolutas, mas como estando relacionadas a certas necessidades sociais historicamente datadas, construídas desde a modernidade.

Inicialmente utilizei as análises de Ariés (1973), Lasch (1991) e Badinteir (1980), para expor as relações entre a valorização da privacidade e as normas de funcionamento que lhe foram colocadas a partir do nascimento da sociedade industrial. Em um segundo momento procurei entender as transformações atuais que acontecem na esfera produtiva e sua influência sobre as práticas de cuidado infantil. Para isso recorri principalmente aos trabalhos de Antunes (1999), Castel (1998) e Sennett(1999) que descrevem as mudanças trazidas pelo novo capitalismo e suas conseqüências subjetivas. As reflexões advindas dessa pesquisa bibliográfica foram então relacionadas à pesquisa de campo na qual realizei 18 entrevistas com pais e mães de crianças de 0 a 10 anos, pertencentes à classe média.

Finalmente me aproprio de alguns conceitos de Winnicott que nos permitem resgatar a parentalidade como uma experiência de satisfação proporcionada pelo cuidado a um outro dependente (que não precisa ser necessariamente o próprio filho), entendendo-a como uma vivência que pode se estabelecer na interação criativa com a realidade social, e não mais como comportamento padronizado, passível de ser imposto de fora através de normas universais.

2. Impasses inerentes à experiência moderna e contemporânea de parentalidade

Ao reconstituir, no início desse percurso a construção da família moderna, constato que a importância dos cuidados parentais voltados

para a criança nasceu como preocupação social batizada pelo modo capitalista de produção. Ariés (1981) nos mostra como a partir do momento em que as transações comerciais se intensificam e os vínculos de fidelidade que marcavam a vida medieval são enfraquecidos, a densa mistura entre ricos e pobres no espaço social torna-se ameaçadora. É então que a intimidade passa a ser valorizada como modo de compensar a diminuição das distâncias hierárquicas pela distância física.

Enquanto as diferenças encontradas fora de casa passam a despertar temor, a família deve então constituir-se no espaço tranquilizador da igualdade. O amor no casamento, a escolha do cônjuge e o amor entre pais e filhos, fundamentariam trocas recíprocas representando uma verdadeira revolução na afetividade. É então que a infância passa a ser alvo de cuidados diferenciados tornando-se um dos organizadores do sentimento moderno de família. Ariés vê as relações humanas caminharem desde então no sentido de uma crescente valorização da intimidade, basicamente defensiva em relação ao empobrecimento da convivência no espaço público.

Mas é Lasch (1991) que aponta para as contradições de uma privacidade que, tendo sido constituída para compensar a impessoalidade da organização produtiva, acaba invadida por essa esfera pública sobre a qual pretende calar. O autor parece nos mostrar que a suposta liberdade do indivíduo na esfera íntima não aconteceu efetivamente na medida em que a família e seus membros realizariam as suas escolhas apenas em segredo, isto é, jamais devendo confrontar politicamente as relações econômicas consideradas imutáveis.

Ao descrever a revolução industrial, o autor nos mostra como esta envolveu um deslocamento da produção do âmbito doméstico para o interior das fábricas, ao mesmo tempo em que a administração científica se apropriou do conhecimento técnico dos trabalhadores. Entretanto o controle segundo ele não parou por aí, mas foi estendido à vida privada do trabalhador quando médicos, psiquiatras, professores, funcionários da justiça e outros especialistas começaram a supervisionar a educação das crianças. Com isso ocorreria um processo que tenta valorizar a vida privada, mas que paradoxalmente, ao impedir a sua interação com o campo social maior, leva à sua crescente invasão.

Lasch nos mostra como as crises na família que hoje presenciamos, encontram-se já plantadas desde a sua constituição quando então foi esperado que o refúgio íntimo funcionasse ao mesmo tempo aceitando as regras do mundo do trabalho. Observa como a mulher por um lado ten-

do sido valorizada como cuidadora dos filhos, e como companheira numa parceria amorosa que passou a ser escolhida romanticamente, é por outro lado desvalorizada, na medida em que deixa de participar da produção e passa a apenas seguir a orientação das escolas na educação das crianças. O crescimento do divórcio e o advento do feminismo surgem aos poucos como respostas que poupam entretanto a estrutura produtiva de um maior questionamento. O autor mostra também a contradição de uma cultura onde é esperado que os pais por um lado protejam seus filhos, e por outro os tornem adaptados à crueldade da vida laboral.

Na medida em que fracassa sob o peso de tantas atribuições, a família é acusada pelos especialistas de ser a grande responsável por seus próprios problemas. As prescrições restringem-se às mudanças na esfera íntima, evitando com isso as propostas de transformação coletiva. Quando os profissionais que lidam com a família, e mais tarde a contracultura e o feminismo chegam a propor uma maior liberdade nas relações amorosas ou no trato com os filhos, baseiam-se em geral no mesmo individualismo romântico que privilegiou o espaço privado, vigiando de perto a sexualidade e desvalorizando os compromissos sociais

Lasch (1991) nos mostra como a emancipação feminina, tendo questionado principalmente as relações íntimas, acabou consagrando as creches e outros serviços dirigidos à infância, que permitem sobretudo facilitar o bom andamento da organização do trabalho, liberando o tempo de homens e mulheres, apenas para torná-los mais produtivos. A meu ver, longe de lamentar nostalgicamente a crise da família, o autor está interessado em romper com a dicotomia que separa as questões de ordem privada da dinâmica da vida política que inclui o trabalho. Nos mostra como os pais foram historicamente valorizados como educadores apenas para serem incumbidos de transmitir os ideais e as habilidades impostos pelo mundo industrial.

Badinteir (1980) talvez possa ser incluída na vertente feminista criticada por Lasch, na medida em que parece responsabilizar mais a família do que a estrutura do trabalho pelas mazelas da condição feminina. Embora pretenda desconstruir o amor materno, apontando para a época medieval quando a criança era vista com indiferença por seus pais, a autora acaba, talvez, caindo numa outra reificação. Ela parece naturalizar a atividade da mulher produtiva hoje inserida no mercado. Esta provaria finalmente a artificialidade da dedicação feminina aos filhos. Podemos aqui nos perguntar como seria possível evitar uma prescrição de normalidade familiar, se apenas substituímos o caráter universal do amor

materno pelo caráter absoluto do trabalho de homens e mulheres, supostamente movido pela ambição pessoal. Como desconsiderar a legitimidade das vivências daqueles que ao interagirem com certas condições específicas de seu ambiente constróem a própria identidade como pais e mães dedicados?

Pude notar que o cerne dessa concepção de família moderna, produto de uma cisão entre os fatos da vida privada e os rumos da vida pública, embora possa ainda estar bastante presente no discurso atual de pais e educadores, mostra-se cada vez menos capaz de responder aos atravessamentos que o trabalho impõe hoje às relações familiares. Em especial, a função protetora dos adultos diante da criança começa a ser solapada em nossos ideais na medida em que a nova organização produtiva pressupõe um sujeito absolutamente autônomo, tanto mais eficiente quanto capaz de dispensar proteção e estabilidade. Na fala dos entrevistados emerge então a idéia de uma criança mais rápida na aprendizagem, que parece prescindir dos antigos cuidados da família, substituindo-a por serviços educacionais e recreativos onde deve aprender a bastar-se por si mesma. Embora esse modelo possa ser elogiado ou criticado pelos sujeitos, ele parece ser tido como inevitável, sendo freqüentemente relacionado a um mundo do trabalho que diminui a disponibilidade dos pais e exige maior cobrança na educação

A análise de Sennett (1999) nos indica que o novo trabalho, permeado pelos empregos de curto prazo, pelo enfraquecimento dos laços de lealdade e dependência, e marcado pela superficialidade do *ethos* colaborativo de equipe, intensifica a contradição fundamental entre a proteção a ser oferecida aos filhos pela família e a extrema desproteção que os sujeitos vivem no mundo da produção. Algumas entrevistas indicaram uma tendência no sentido de se buscar a solução para esse conflito supervalorizando a educação especializada, numa tentativa última dos pais de ainda ampararem a criança preparando-a da melhor forma para a competição no campo profissional. Entretanto o paradoxo continua presente já que, nesse caso, proteger os filhos significa o quanto antes deixá-los mais desprotegidos para acostumá-los à insegurança que futuramente encontrarão no trabalho. Essa necessidade de levar a criança a prescindir de maiores cuidados parece estar relacionada a idéia de uma criação teoricamente mais livre, da mesma forma que o maior esforço do trabalhador é hoje também justificado por uma suposta maior liberdade em relação a constância dos vínculos empregatícios.

Podemos supor que a nova criança de classe média que convive hoje com uma promessa de liberdade em relação à autoridade da família – muitas vezes não cumprida em função da diminuição do suporte dos adultos e das enormes exigências educacionais dirigidas à ela – pode trazer em sua condição a mesma dificuldade que desde o início da modernidade nossa cultura tentou resolver. Foi a partir dessa época que surge a questão de como seria possível permitir ao sujeito então destacado de sua comunidade, uma liberdade em relação aos vários tipos de enquadramento e autoridade sem deixá-lo exposto à própria sorte. Castel (1998) nos mostra como a destruição dos antigos laços de fidelidade, que prendiam o homem medieval a seu senhor, deixou, por outro lado, o trabalhador inteiramente exposto às regras do mercado. Se o contrato que passou a fundamentar as relações de trabalho podia de fato permitir liberdade ao empregador, como permiti-la ao empregado se ele não tinha outra opção senão vender sua força de trabalho. A liberdade do operário seria falsa na medida em que significaria para ele apenas a obrigação de arcar sozinho com o peso de sua sobrevivência.

As revoltas operárias acabaram mostrando, que essa total instabilidade da mão de obra ameaçaria a própria dinâmica industrial, o que levou à formação desde o início do século XX, daquelas medidas promovidas pelo Estado com o objetivo de inserir socialmente o trabalhador. Leis trabalhistas que garantiram certa estabilidade no emprego, aposentadorias e sistemas de saúde e educação públicos, bem como o reconhecimento e legalização dos sindicatos compensaram a grande vulnerabilidade vivida por muitos nos primórdios do capitalismo. Hoje entretanto, com a precarização do trabalho e o efetivo enfraquecimento de tais mecanismos protetores, haveria, segundo Castel, uma desistência de incluir o indivíduo em qualquer coletividade, o que caracterizaria uma configuração inédita, onde a vulnerabilidade é naturalizada.

Podemos ver que o risco desse individualismo negativo que obriga os trabalhadores, de fato dependentes de seus empregos, a serem tratados como pessoas independentes, pode estender-se hoje à criança que, devendo adaptar-se a um mundo que rejeita por completo as proteções, é tratada como mais autônoma mesmo que possa ainda não ter as condições para dispensar tanto assim o suporte dos adultos. Nesse sentido, é possível perceber através da condição contemporânea da criança e do trabalhador uma espécie de retorno do reprimido, onde ressurgem os impasses, provocados pela cisão que se estabeleceu entre o privado e o público, entre o indivíduo e a sociedade desde o começo de nossa era. Os

mecanismos que foram construídos para compensar a solidão do sujeito separado das antigas relações comunitárias – a família nuclear e o Estado providência – passam eles mesmos, a promover ativamente a emergência do homem isolado, responsável único por si mesmo, como se este fosse, inevitavelmente, o preço a ser pago pela liberdade.

3. O contraponto Winnicottiano: uma parentalidade vivida no espaço transicional

O pensamento de Winnicott foi tomado aqui por mim como um instrumento crítico potencial na medida em que sua visão do desenvolvimento concebe o homem como estando sempre numa relação indissociável com o suporte ambiental. Para ele, a própria autonomia individual, longe de ser pensada nos termos absolutos preconizados atualmente, só pode acontecer na presença de cuidadores que aceitem a necessidade do sujeito separar-se sem perder com eles o contato. Tento então apresentar o modo como a concepção Winnicottiana do processo maturacional, com sua ênfase na experiência transicional, pode nos ajudar a romper com a dissociação histórica entre liberdade privada e participação na vida política e comunitária.

O autor (1993) nos fala de um ponto inicial, onde o bebê, chega ao mundo manifestando sua tendência de apropriar-se dele, através de sua agressividade que nesse momento não tem propósito intencional destrutivo. A mãe ou quem lhe substitui precisa então estar bastante sintonizada com o lactente para deixar-se ser apropriada por ele de modo a permitir-lhe a ilusão de que é ele quem cria o cuidado que recebe. Penso que isso não implica a concepção de uma vida instintiva independente da influência ambiental, já que podemos supor que o que o recém nascido necessita, e que a mãe atende de modo tão preciso, é fruto também da singularidade das condições encontradas no parto, na gestação e nas primeiras horas de vida.

De todo modo, quando a experiência de onipotência pode acontecer, dando lugar a um sentimento de existência refletido no olhar atento que recebe, o bebê começa a ter a necessidade de afastar de si o objeto para começar a relacionar-se com uma realidade reconhecida como externa. Este processo vai lhe permitir aos poucos transformar criativamente uma esfera mais ampla do mundo, trazendo-lhe finalmente a possibilidade de inserir-se naquela parte da cultura situada além de seu círculo familiar.

É então que gradualmente a mãe precisa começar a falhar. Por ter adquirido a capacidade de conservar na memória a imagem do objeto

vivenciado como sua criação, o bebê pode agora reconhecer o que aparece como uma versão menos satisfatória do mesmo. Começa com isso a odiar intencionalmente a mãe desejando destruí-la, num movimento que a afasta de si (Winnicott, 1975). Nesse momento é fundamental, para que a diferenciação possa acontecer, que a mãe, embora menos adaptada, "sobreviva" a esse ataque mantendo uma ligação emocional que conserva o cuidado ainda necessário. Com isso ela demonstra ser capaz de receber a recusa que seu filho lhe dirige, reestabelecendo a ligação com o seu impulso criativo. O bebê pode com isso também religar-se a ela, integrando seus impulsos amorosos e agressivos, passando a se preocupar com as conseqüências de seus ataques. Adquire então a confiança de que a mãe vai estar lá para receber a reparação, que corresponde a uma reconstrução que ele faz dela usando a força de sua ambivalência recém conquistada.

Na medida em que a crença no seu poder reparatório se confirma em repetidas experiências, o bebê será capaz de transpor a fidedignidade dessa primeira relação para outras ligações significativas. Dessa forma fica estabelecida a chamada experiência transicional, onde os objetos estão a meio caminho entre o mundo externo diferenciado e a realidade criada que faz parte do *self*.

Mas embora essa relação com o mundo dependa da confiança construída nas primeiras relações, será sempre necessária, mesmo em se tratando dos adultos, uma certa confirmação de que a realidade não desampara o sujeito quando ele se opõe a ela. Se isso não acontece o indivíduo apenas se adapta ao mundo, e a agressividade, que ele precisa dirigir aos objetos para deles se descriminar, é guardada, manifestando-se apenas secretamente ou irrompendo em violência. Observamos que Winnicott, ao pressupor a ampliação no devido tempo do espaço de interação entre indivíduo e realidade para toda a esfera cultural, dá margem para pensarmos que o ambiente facilitador deve ser encontrado não só na esfera doméstica mas também na escola, nas relações de trabalho, na arte e na política. O homem criativo de Winnicott seria então o homem amparado, o oposto portanto daquele que Castel descreve hoje como tendo que ser o responsável único por seu próprio destino.

A própria parentalidade, para não ser vivida como mera submissão dos adultos aos padrões de tratamento à infância impostos de fora, precisa tornar-se uma experiência que é também transicional, implicando para isso que os pais possam encontrar apoio social para recriar o cuidado que eles mesmos receberam de suas famílias e do mundo. Só assim podem ocupar de forma inovadora o papel de cuidadores, que, por sua vez, não

se restringe ao trato com os próprios filhos, mas pode estender-se ao cuidado com os outros que deles dependam.

Entretanto, pude observar em minha pesquisa a emergência de uma parentalidade que, cada vez mais temerosa de contrapor-se no dia a dia a certas condições externas, tende por vezes a apenas repetir para as crianças os ideais ditados pela atual cultura empresarial. Os adultos parecem hoje obrigados a aceitar integralmente as condições da vida laboral e da educação especializada de seus filhos, seja pelo receio quanto às demissões, seja pelo temor de que a criança, caso não absorva o máximo de estimulações, possa não conseguir futuramente se integrar na sociedade.

É importante refletir sobre as conseqüências deste fato em certos momentos cruciais do desenvolvimento. A dificuldade relatada por algumas mulheres de se desprenderem das preocupações com o trabalho durante as primeiras semanas põe em risco o bom manejo inicial capaz de permitir ao bebê a ilusão, tão necessária como base do viver criativo. Além disso se o acolhimento à dependência do indivíduo é hoje mal visto pelo mundo do trabalho que exalta a autonomia absoluta, o cuidado da mulher ao recém nascido chega, por vezes, a sofrer o impacto de uma condenação social.

Por outro lado, em se tratando de bebês um pouco maiores que entram na creche vivendo já um momento de diferenciação, como podem seus pais virem a tolerar suas manifestações de ódio expressas no choro e na raiva, se este sentimento do filho ameaça remetê-los à sua própria insatisfação com o trabalho? Afinal como Winnicott (1975) bem nos mostrou em torno da metade do primeiro ano de vida os bebês fazem um uso intencional da própria agressividade para começar um movimento de diferenciação e repúdio em relação aos seus cuidadores, sendo que se estes últimos puderem suportar com firmeza e empatia esse processo, permitem o surgimento de uma autonomia e independência do *self* sustentada pelo ambiente[3]. Pude observar como uma dificuldade defensiva de envolvimento dos pais nesse momento crucial da separação, potencializada por vezes por profissionais que priorizam antes de tudo o "bom" andamento da rotina institucional, dificulta o estabelecimento da confiança para que o bebê possa desprender-se no espaço da creche. A mesma atitude submissa imposta aos adultos em relação ao

3. Uma manifestação concreta da agressividade usada pelo bebê nesse momento para repudiar os cuidadores é o movimento da jogar objetos fora esperando que estes sejam apanhados . Uma outra expressão dessa agressividade é a mordida intencional relacionada à raiva ou expressão de contrariedade.

próprio trabalho parece desenvolver-se agora no bebê que evita chorar ou demonstrar raiva para poupar os adultos já sobrecarregados.

Ora, como vimos, a partir das idéias de Winnicott, apenas se, ao contrário, as pessoas puderem agressivamente se opor aos objetos, manipulando- os, ou mesmo chorando ou reclamando diante deles, poderão de fato amá-los transformando-os seja numa brincadeira ou numa tarefa produtiva. Entretanto se qualquer conflito endereçado hoje à organização produtiva incorre em risco de demissão, então a família, as creches e escolas como instituições incumbidas de formar os futuros trabalhadores, parecem também, tantas vezes, impedir as manifestações de ambivalência infantil.

Penso que para evitar essa mera repetição de defesas relativas à vida laboral no trato com as crianças, seria importante uma escuta psicológica na qual possamos levar em conta o sofrimento dos adultos no trabalho. Abrir espaço seja na clínica, nas creches ou nas escolas para que os pais possam falar de seus incômodos na esfera profissional e dos conflitos suscitados na relação com os filhos, pode permitir que comecemos a romper com a cadeia que vai do trabalho dos adultos à vida da criança, impedindo qualquer recusa do que vem de fora. Aos poucos essas manifestações de raiva e insatisfação, se acolhidas por nós, podem ser integradas aos impulsos amorosos daquele que é escutado, podendo talvez virem a ser expressas em reivindicações dirigidas ao mundo do trabalho, a escola dos filhos ou à sociedade. Trata-se aqui não de um incentivo ao puro lamento, mas de acenar, através de nossa capacidade de suportar o ódio e a dor dos sujeitos, para as chances de existirem outros canais, que ainda possam, como nós, tolerar as suas críticas.

Talvez, para esse objetivo, nos seja útil repensar a experiência de parentalidade de modo a situá-la no campo intermediário da experiência. Até agora a concepção que inseriu essa vivência apenas no âmbito das relações íntimas fez com que as atitudes dos pais fossem apenas padronizadas pelo mundo industrial, contrariando o propósito democrático compartilhado de respeito às diferenças. Entretanto, se é verdade que para um adulto viver a experiência de contato pleno com seus filhos é necessário, em certos momentos, que ele possa esquecer-se do trabalho, da comunidade e dos amigos (resguardando-se assim no espaço privado) é preciso por outro lado que esses objetos possam estar firmemente lá, para permitirem o seu afastamento temporário sem risco de perda definitiva. Se esse mundo mais amplo "sobrevive", passa a ser modificado numa experiência transicional que, a meu ver, é também política, onde

os pais podem enriquecer as demais trocas sociais, munidos também das vivências parentais únicas que tiveram numa esfera mais reservada. Trata-se de uma noção que apresenta a relação com os filhos como mais uma área de criação, procurando localizá-la tanto no espaço privado como no espaço público, ao invés de eleger um deles como campo prioritário.

Beatriz Gang Mizrahi
Endereço: Rua Toneleiro 100 apto. 701.
Copacabana – Rio de Janeiro
CEP: 22030-000
tels.: 22366911/99424621.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARIÉS, Phillipe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. A família e a cidade. In: FIGUEIRA, Sérvulo; VELHO, Gilberto (Org.). *Família, psicologia e sociedade.* Rio de Janeiro: Campus, 1981.

BADINTER, Elizabeth. *O mito do amor materno*. São Paulo: Nova Fronteira, 1980.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social:* uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

JARDIM, Silvia. O trabalho e a construção do sujeito. In: SILVA FILHO, João Ferrera; JARDIM, Silvia (Org.). *A danação do trabalho*: organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Tecorá, 1997.

LASCH, Cristopher. *Refúgio num mundo sem coração.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WINNICOTT, Donald W. *Da pediatria à psicanálise*. Rio de Janeiro: Francisco Alves,1993.

_____. *O ambiente e os processos de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

_____. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1975

Artigo recebido em 27 de julho de 2007
Aceito para publicação em 06 de setembro de 2007